

Ata da 7ª Assembleia Geral do ano de 2020 da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC): aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, na sede da AMESC em Araranguá/SC, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária, para tratarem do disposto no Edital de Convocação nº 07/2020, presidida pelo Presidente da AMESC e prefeito de Balneário Gaivota, **Ronaldo Pereira da Silva**, e secretariada pelo prefeito de Morro Grande, **Valdionir Rocha**. A assembleia contou, ainda, com a presença do prefeito de Maracajá, **Arlindo Rocha**; prefeito de Sombrio, **Zênio Cardoso**; prefeito de São João do Sul, **Moacir Francisco Teixeira**; prefeito de Jacinto Machado, **João Batista Mezzari**; prefeito de Santa Rosa do Sul, **Nelson Cardoso de Oliveira**; prefeito de Ermo, **Aldoir Cadorin**; prefeito de Praia Grande, **Henrique Maciel**; vice-prefeito de Turvo, Edson Jair Dagostin; Prefeito de Meleiro, **Eder Matos**; prefeito de Passo de Torres, **Jonas Gomes de Souza**; prefeito de Turvo, Tiago Zilli; a vice-prefeita de Sombrio, **Gislaine Cunha**; o gerente executivo da AMESC, Moacir Rovaris, e o assessor jurídico da AMESC, Marcelo Rovaris de Luca; Presidente do Colegiado de Educação da AMESC, Ariane Oliveira de Almeida Pereira; Responsável pela Educação na área da AMESC, Rosangela Alexandrino P. Alexandrino, membros da Diretoria do COAMA – Conselho Ambiental do Município de Araranguá, além de diversas outras pessoas e técnicos ligados a área da Educação, Saúde e Assistência Social da região da AMESC, passada a palavra a Elixandra, coordenadora do CIR do extremo Sul, José Luiz Secretário Saúde de Balneário Gaivota e o Diogo como Secretário de Saúde de Maracajá e demais pessoas conforme registro na lista de presenças. Declarada aberta a assembleia, o Presidente da AMESC agradeceu a presença de todos e, constatado quórum estatutário, foi iniciada a reunião.

1) Dada a palavra ao Biólogo da FAMA Sr. João Rosado que disse: que os integrantes do COAMA e a FAMA estão preocupados com a lagoa do Caverá em virtude da seca que assola a região, o que impacta na situação dos mananciais da AMESC; que foi solicitada a fundação ambiental para realizar uma vistoria técnica, com biólogo e engenheiro agrônomo para após marcar uma nova reunião com mais tempo, convidando técnicos do IMA, da AMESC e se necessário do Ministério Público; Dada a palavra o Engenheiro Jonatan Piazzoli, disse ver risco de perder este manancial da lagoa do Caverá e hoje a gente está falando em estiagem, municípios sem abastecimento de água, muitas localidades com abastecimento de água com caminhão; atualmente não tem captação no local, então a importância talvez vai ser dada no futuro se perder outros mananciais e lembrar que aqui tinha a lagoa do Caverá, eu quero trazer esta preocupação, apresentando imagens de 1974 e atuais (2020), vocês tem aí um processo de criação de uma área úmida e de perda dessa lagoa, provavelmente se ela continuar nesse processo ela vai se tornar uma região bem boa para se extrair turfa, pra mais nada, esse manancial vai ser perdido, vocês podem ver que alguns locais aqui vai ser possível atravessar a pé, se não fosse pela produção, criação de turfa no fundo né que acaba não deixando o terreno muito firme; que precisa ser feito uma análise mais profunda, se vocês forem conhecer um pouquinho da dinâmica de circulação

da água dessa região ela corre toda em sentido pro sul, a lagoa do Caverá vai desaguar na Lagoa do Sombrio que através do rio Madeira vai desaguar no Mampituba, depois vai pro Mar, a circulação é essa; que existe uma turfeira no local, que a vistoria técnica vai apontar qual o real fator que está prejudicando a lagoa do Caverá, além da atual estiagem; o local está bastante assoreado o que diminui muito a vazão de aporte de água para a lagoa do Caverá; tem uma área da turfeira que pode estar contribuindo, mas pela visita que fizemos aparentemente o processo de extração está correto e possuem licenças; a gente precisa de uma equipe multidisciplinar para fazer este estudo, geólogos, biólogos, engenheiro ambiental, um equipe para fazer este estudo aprofundado, a partir daí tomar medidas, seja para desassorear os rios que abastecem a lagoa do Caverá, seja o Rio Sangrador até o desassoreamento da própria lagoa do Caverá, dentre outros controles como a construção de uma barragem seja no Canal que liga a lagoa do Caverá a lagoa do Sombrio ou uma barragem na lagoa do Sombrio que deságua no Rio Mampituba; quem sabe se descobre que de repente é melhor o Rio Madeira fazer o traçado antigo do rio, para evitar esse fator, mas isso só quem vai nos responder são os estudos que forem realizados isso é uma análise bastante prévia que a gente fez, mas que a gente ficou muito preocupado com o que nós estamos observando, a lagoa do Caverá se a gente for fazer algumas observações pontuais a maioria dos córregos que abastece a lagoa do Caverá já está assoreado e tem o problema crucial que é em toda nossa região com relação a identificação e localização das nascentes que ai é mais uma observação só que isso só vai se resolver se os Municípios que tem territórios ligados a lagoa do Caverá se unir em prol da preservação dessa Lagoa; O presidente do COAMA disse que fosse marcada uma próxima reunião com os prefeitos de Arroio, de Gaivota, de Sombrio e de Araranguá junto com o Ministério Público, com Instituto do Meio Ambiente (IMA) para a gente verificar futuras ações de intervenção do local para buscar a preservação da lagoa; Prefeito Ronaldo disse que nesta assembleia era o único prefeito presente que é da região que divisa com a lagoa do Caverá e penso que devemos marcar uma próxima reunião com equipe técnica das municípios (Balneário Gaivota, Sombrio, Araranguá e Arroio do Silva) juntamente com vocês e setores ambientais de cada município e daí sim encaminhar um estudo sobre o caso e, posteriormente, se assim entenderem e necessário, levar o assunto ao Ministério Público; autorizou o Secretário Moacir a marcar uma data para uma nova reunião sobre o caso, tendo em vista a relevância do assunto, que não pode ser esquecido para que se possa ter maior conhecimento da situação ou que tragam alguma outra informação; O secretário da AMESC disse o Sr. Luiz, escritor e hoje que presidente do Comitê da Bacia do Rio Araranguá e do Rio Mampituba, escreveu um livro sobre estudos que talvez tenha abrangido aquela região. 2)Passando ao segundo assunto da pauta, o Presidente concedeu a palavra a **Sra. Elizandra**, que é presidente do Comitê da Crise da AMESC, que explanou a situação de como está o COVID 19 na nossa região; que disse com essas normativas do Estado estão mudando do dia pra noite e está difícil a situação; que ao que parece o Estado vai tentar botar a culpa nos

prefeitos se der tudo errado que ele está tirando o corpo fora; que devemos ter bastante atenção nas ações que os municípios fizerem daqui pra frente e ser analisadas as questões jurídicas; estou vendo que nas outras associações por aí, como a nossa, estão preocupadíssimas com a situação e as decisões do Estado, que por um lado fala em regionalizar, mas quer continuar mandando; que acredita importante e necessário fazer plano regional; que entende da necessidade de todas as deliberações sejam feitas através dos prefeitos para região de forma semelhante e vão ter que ser deliberadas entre si; que entende que os secretários de saúde devem dar parecer sobre a abertura ou restrição das atividades; que essas decisões devem ser tomadas com base em ferramentas e situação de cada município, levando em consideração diversos fatores de saúde regional. **Rosângela Assistente Social da AMESC** disse que vem participando de diversas reuniões virtuais de gestores da Educação e Saúde, hoje pela manhã esteve em reunião com o Colegiado de Assistência Social que foram orientados que as decisões tomadas pelos prefeitos, sobre abertura ou não das escolas terão reflexos no setor da assistência social, motivo que os colegiados de todas as áreas devem interagir para uma decisão conjunta e devem ser tomadas com base nas orientações da saúde. **Prefeito Éder** disse que conversou com seus Secretários de Saúde e Educação, concluindo que as regras sanitárias estabelecidas para retorno das aulas são impraticáveis pelos municípios e que tudo indica que tão cedo não será possível o retorno das aulas presenciais e que os reflexos dessa pandemia serão sentidos nos próximos anos; falou da situação financeira dos municípios e que para cumprimento das regras estabelecidas terão que ser contratados mais profissionais o que é inviável, que precisamos ter paciência e cautela para tratar de todos esses assuntos. **Prefeito de Morro Grande**, disse que já estava sabendo desse novo protocolo do Estado em questão da educação, no meu ponto de vista só existe uma forma de nós não errar é nós não fazer nada, que no seu entender que as aulas somente podem ser retomadas de forma presencial com um parecer da saúde regional, que o governo do Estado está jogando a responsabilidade aos prefeitos, depois de tomar todas as decisões iniciais sozinho; que o protocolo para abertura é impraticável de todas as formas possíveis, que para abrir escolas precisamos de total segurança na área da saúde. **Dada à palavra a Ariane Almeida**, secretária da educação de Araranguá e Cristiano, secretário da Educação de Passo de Torres, cumprimentaram os presentes e disseram: que ao longo da pandemia vem se reunindo *online* para debater leis, decretos, portarias e demais atos normativos; que também estão caminhando em terras desconhecidas; que os órgãos superiores estão empurrando a decisão de abrir as escolas para os municípios; que entendem que os municípios devem realizar um plano de Reorganização do Calendário Regional e que estão estudando a possibilidade de aula presencial e remota ao mesmo tempo; que há muitas incertezas até na rede estadual de educação, em que pese o Decreto do Estado dizer que a partir de 02 de agosto cada município vai determinar as regras se pode voltar as aulas presenciais, mas a rede estadual não fez Decreto de volta; que a gente tem que tentar trabalhar em consonância com o que acontece no Estado e no

Brasil, até para que não tenhamos problemas futuros; que é importante realizar um plano regional para reorganizar o calendário escolar tem que ser debatido as possibilidades e dificuldades das sanitárias e sociais, metodologias, recursos e os procedimentos pedagógicos pra isso e o mais importante elaborar de forma unificada as ações de retorno do calendário escolar, minimizando os impactos educacionais, sociais e políticos nos municípios da AMESC. É muito importante os municípios todos decidirem juntos e termos a mesma postura na questão educacional, ter ações comuns que todos os municípios vão executar mas também alguns municípios vão ter que ter ações individuais; que a gente precisa seguir nesse plano toda a orientação da parte da saúde, assistência social, assessoria jurídica, contabilidades e da assembleia dos prefeitos e decidir o que a gente vai fazer, as legislações, as normas e que tem seguir, os protocolos de segurança de saúde, então a gente precisa organizar isso de uma forma única; que para retorno presencial tem que ser toda uma readequação do transporte escolar, tem que garantir distanciamento, higienização do transporte, professores e servidores em grupo de risco, dentre outras questões. Após houveram diversas manifestações em conjunto dos prefeitos que de forma uniforme se manifestaram demonstrando preocupação com o retorno dos alunos as aulas presenciais em suas diversas condições de saúde, de idade escolar, pertencentes a grupos de risco, a dificuldade de se manter o distanciamento na escola, no transporte coletivo, o grande nível de transmissão e contágio que estarão correndo risco, inclusive das suas famílias; que está havendo severo prejuízo aos alunos da rede municipal com a ausência das aulas presenciais, em que pese o esforço das secretarias de educação municipal em atender as demandas de forma *on line*, levando-se em conta as diversas dificuldade de estrutura para que a informação chegue aos alunos; que o retorno das aulas presenciais nesse momento de muitas incertezas, em especial sanitária, trará grandes riscos as crianças, familiares e população em geral, o que entendem que uma decisão deve ser pautada em questões de saúde regional. **O Prefeito Ronaldo** perguntou se a é consenso entre as secretarias de educação sobre o plano da permanência do ensino remoto só até dia 31 ou não é consenso? **A Secretária Ariane** disse que entre os secretários é um consenso de que não temos condições de voltar neste momento se isso vai se estender até 31 de dezembro eu acho que é discutível; que não vêem condições de retornar até final de agosto, mas que deve ser analisado mês a mês. **Rosângela da AMESC** disse que é consenso da assistência social e da saúde também o não retorno, no mínimo, até final de agosto. **Ariane** disse que está em contato com a Rosane, que coordena toda a rede Estadual de Educação aqui da AMESC e ela também está achando bem difícil esse retorno claro que ela também seguiu o governo do Estado mas vê bastante dificuldade neste retorno agora principalmente com todos os alunos; disse ainda que gostariam que os prefeitos discutissem e conversassem com seus secretários da saúde e assistência social sobre o assunto de realizar esse plano regional de educação. **Presidente Ronaldo** abriu a palavra para cada prefeito para falar sobre o assunto e qual o seu entendimento para que já pudesse ser decido qual o

encaminhamento seria dado. **Prefeito Jonas**, falou da preocupação em sustentar os pagamentos dos temporários e a legalidade disso, caso não retornem as aulas presenciais, que na sua opinião deveriam cancelar o ano letivo ou que deveria continuar no próximo ano, mas que os municípios devem tratar do assunto em conjunto. **Prefeito Tiago** disse que essa semana pediu um parecer para a sua secretária da educação e foi justamente bem na linha que a Ariane falou igual e concorda com o que foi decidido aqui; que o retorno das aulas presenciais uma vez a cada 30 dias, ou antes se houver uma mudança muito diferente do atual panorama e concorda com o que a Assembleia decidir, entendendo que as decisões sobre a educação devem ser regionais. **Pref. São João do Sul** disse que falou com sua secretária de educação e que diante dos protocolos sanitários não terão condições de cumprir e que devemos avaliar a situação a cada 30 dias, permanecendo a suspensão das aulas presenciais. **Pref. Henrique** disse que concorda com as declarações dos demais prefeitos e que acredita que o ano letivo está perdido; que a gente vai avaliar de mês a mês; que priorizamos a vida acho que acima de qualquer coisa não adianta nós pensar em fazer o ano letivo e colocar todo mundo em risco principalmente as crianças a cidade, temos que ter paciência e as decisões devem ser unificadas nesse sentido. **Pref. Éder** disse que orientou o pessoal da educação que visitem os alunos para fiscalizar; que infelizmente demitiu servidores e pode precisar demitir outros, que segundo seus técnicos, o aprendizado dos alunos é em torno de 1/3 do normal. Disse que na sua opinião é a permanência remota das aulas e que as decisões devem ser regionalizadas sobre o assunto. **Pref. Nelson** de Santa Rosa do Sul parabenizou o presidente e sempre preza pelas decisões coletivas e que acredita que estamos no caminho certo; que a situação é muito crítica em todos os aspectos; fez alguns questionamentos e ponderações sobre o que está acontecendo em outras regiões e na rede Estadual. **Adriano Secretário de Passo de Torres**, disse que o colegiado da Educação pensa no sentido teriam que manter aula remota; que acredita que 31/12 é muito longe para decidir, mas a ideia é criar um documento regional para que a cada 30 dias seja feito uma análise entre saúde, educação, ação social, com emissão de relatório sobre a possibilidade de retorno presencial, misto ou manutenção de aulas remotas. Acredita que o Estado não retornará as aulas presenciais, caso os municípios deliberam pela manutenção das aulas remotas. Prefeito Nelson entende que cada município terá suas peculiaridades e dificuldades de cada município. Rosângela da AMESC disse que a A FECAM abriu alguns tipos de trabalhos com profissionais até dos próprios municípios para discutir essas particularidades e cada dúvida nos entramos em contato com a FECAM e ela encaminha para nós através do Jurídico e também o nosso jurídico os esclarecimentos. **Prefeito Nelson**, disse que o FUNDEB vai estourar, sugerindo que a análise dos municípios da AMESC deva ser realizado de 60 em 60 dias, mas que devemos permanecer nas aulas remotas, como forma até de pressionar o Estado para que se alinhe a decisão que tomarmos aqui; que precisa pela vida e vai aceitar o posicionamento da equipe da saúde e da educação. **Prefeito Zênio** disse que concorda com as colocações dos demais prefeitos e que as

decisões sobre a educação devem ser regionais, e tudo com a avaliação de 30 dias ou 60 dias para reavaliar, mas eu penso que nesse caso não precisa nem se preocupar com tanta proximidade. **Prefeito Arlindo** disse da experiência que sua filha de 15 anos tem aula remota e que tem observado muita evolução em todos os aspectos e que acredita que pode haver uma má intenção nesse impedimento das aulas presenciais, em que pese entender que nesse momento não há condição de retorno das aulas presenciais, concordando com o já falado pelos demais, que existem os impactos administrativos que deverão ser avaliados mais adiante e que a avaliação da possibilidade de retorno pode ocorrer de forma mensal; que devemos acompanhar uma decisão regionalizada, analisando as modificações do estado de saúde regional, acompanhando o que for o mais prudente para a população da nossa região. **Prefeito Ronaldo** disse que tem pensamento também seria aguardar a data que o governo do Estado provavelmente volte ou não, mas também penso que eu acho que o ano já passou batido e essa situação bem delicada daqui pra frente mas também acompanho a linha dos demais prefeitos de trabalhar remotamente e se o Estado ficar protelando mais um mês mais dois a gente eu acho que vai ficar nessa vida também e indefinido assim sem saber se demite ou não se de fato encaixa os outros tudo iguais essa é uma questão que a gente não vai saber lidar com isso nesse momento, porque se o Estado volta as aulas acho bem complicado nós bater o pé e dizer que não né então é meu pensamento mas também concordo com a palavra de todos também, o mesmo sentido de ficar como estamos e dar um *start* caso o Estado venha agora se pronunciar no dia previsto e dizer que vai ficar o ano letivo até dia 31 de Dezembro também parado, aí a gente volta e decide. **Prefeito Arlindo**, sugeriu acompanhar as iniciativas do grupo de educação e durante o mês de Julho se não acontecer nada de anormal no final do mês de Julho nós fizermos uma nova avaliação e se acontecer alguma anormalidade convocamos imediatamente e é discutível essa decisão é uma decisão técnica pode ser mudada. Essa é a sugestão que eu tenho. **Prefeito Morro Grande** disse que embora seja incapaz de nós tomar uma decisão agora, mas é muito importante que o Jurídico aqui da AMESC o Jurídico da FECAM e outros jurídicos dos municípios analisem esses pontos dos funcionários das ACT's para trazer segurança aos prefeitos, de segundo professor, de aulas excedentes mas a gente deveria se preparar já com um plano pra nós prefeitos com que a gente possa tomar as decisões mais seguras né, uniformes. Dada a palavra ao Dr. Marcelo De Luca, o mesmo cumprimentou o presentes e se identificou disse que sabe das incertezas, na realidade que as incertezas são maiores do que no início da pandemia me parece e todas as orientações que foram dadas até o momento pela AMESC através da Assessoria Jurídica em conjunto com os procuradores dos Municípios foram dadas conforme orientações inclusive da FECAM e claro que cada orientação tem o seu tempo os fatos que aconteceram a cada período, inclusive a recomendação com relação as ACT's, houve uma minuta de decreto e posteriormente um minuta de lei, de projeto de lei da FECAM falando na possibilidade de redução da carga horária e redução também do vencimento dos salários dos ACT's o que se viu foi que alguns municípios ou não

conseguiram implementar isso ou ainda tiveram suas câmaras de vereadores fazendo leis proibindo as rescisões dos contratos dos ACT's então isso é um estudo que parte não só do ponto de vista jurídico mas também numa situação política que se tem que ser avaliada por cada município. Claro que esses ACT's hoje estão formando banco de horas negativos e se continuar a suspensão das aulas presenciais é um problema que vai ficar para os municípios e que claro nós vamos ter que avaliar isso do ponto de vista jurídico mas como hoje também há uma incerteza de que se as aulas vão retornar ou não na forma presencial e a partir de quando, também vai ter que haver um direcionamento para quando isso vai acontecer, qual a ideia dos municípios e o que se vem tratando na FECAM das reuniões que tenho participado inclusive, do pouco tempo que participei da saúde mas do social também é que as decisões como foi proposto aqui sejam regionalizadas para que os municípios tenham um respaldo administrativo e que ninguém fale diferente do ponto de vista de retorno as aulas e de abertura de transporte, enfim, bares, restaurantes e coisas do gênero, então importante que essa solicitação do Conselho Regional de Educação se estabeleça uma política uniforme de retorno as aulas ou que se inicie um plano para esse retorno as aulas mesmo que não venha ocorrer por questões não só de política educacional mais de política sanitária também, mesmo que não venha ocorrer mas é importante que tenha e que exista um plano e vai chegar um momento que talvez o Estado do ponto de vista sanitário acredite que dentro das suas ferramentas existe a possibilidade de retorno e a educação nada fez, ter um plano regional de educação e claro que com base nesse plano de educação, com base no conselho de secretários de saúde avaliando com o contexto dos município da AMESC, a AMESC vai elaborar um parecer jurídico juntamente auxiliado claro pela FECAM para tratar dessas questões de ACT's, de banco de horas, de segundo professor e que agora também há uma incerteza do que se vai fazer o que temos é que se aproxima o pleito e após o início do não haverá possibilidades de contratação ou de novos ACT's então se dispensar nesse momento e havendo retorno das aulas presenciais não poderá se contratar novos, então por isso que foi a decisão que acredito da maioria dos prefeitos, de não rescindir os contratos dos ACT's neste momento até por que por conta dessa impossibilidade de contratação posterior durante a campanha, a mesma incerteza que os prefeitos, os secretários de educação e de saúde possuem, o jurídico com base nisso também não consegue dar um parecer próximo da realidade que existe uma necessidade nos municípios, então o que é minha sugestão no ponto de vista jurídico aguardar mas enfim trabalhar com a posição regional sob todas as questões e se for o caso irmos até a FECAM como temos feito para que eles nos orientem também nessas questões de ACT's que hoje os contrato acredito estejam suspensos, estão valendo mas de forma prática estão suspensos então a minha posição do jurídico é esta. Todos os prefeitos foram uniformes no sentido de que a decisão do retorno as aulas presenciais necessita de uma Plano Regional, fundamentado em pareceres dos diversos setores da organização municipal, em especial, das Secretarias de saúde, educação, assistência social, jurídico e da CIR. Diante



de todas as manifestações e consentimento dos prefeitos, a Assembleia autorizou os órgãos presentes a realização de um Plano Regional de Educação prevendo um retorno pra ter essas ações prontas se precisar, mas por enquanto as aulas permanecerão de forma não presenciais, até deliberação conjunta das autoridades municipais sobre a viabilidade sanitária do retorno, cuja avaliação será realizada a cada 30 dias, com relatório conjunto realizados pelos Colegiados da Educação, Social e Saúde da AMESC, os quais poderão encaminhar pedido de nova reunião para tratar do assunto. Deu-se por encerrada a reunião. Nada mais há tratar, eu, Valdionir Rocha, primeiro secretário, lavrei a presente ata que vai por mim e os demais membros da diretoria, devidamente assinada. Araranguá/SC, 01 de junho de dois mil e vinte.